

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.485 - BA (2019/0292157-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : L M C L P (PRESO)
ADVOGADO : MÁRCIO MEDEIROS BASTOS - BA023675
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por L. M. C. L. P., apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fls. 341/342):

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. IMPOSIÇÃO EM DESFAVOR DO PACIENTE DE MEDIDA PROTETIVA DE AFASTAMENTO DE 500 METROS DA VÍTIMA E SEUS FAMILIARES E DE SUA RESIDÊNCIA PELA SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME DE AMEAÇA EM FACE DE SUA EX-COMPANHEIRA.

1- ALEGAÇÃO JUSTA CAUSA PARA A IMPOSIÇÃO DA MEDIDA - INCABÍVEL - PARA A IMPOSIÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DEVE O MAGISTRADO OBSERVAR A EXISTÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA POR PARTE DAS SUPOSTAS VÍTIMAS. EM SEDE DE HABEAS CORPUS NÃO É ADMITIDO, EM REGRA, ANALISAR PEDIDOS QUE IMPLICAM NA ANÁLISE DE PROVAS.

2- ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL PORQUANTO A DECISÃO QUE IMPÔS A MEDIDA PROTETIVA ENCONTRA-SE DESFUNDAMENTADA, UTILIZANDO-SE O MAGISTRADO APENAS DAS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA - IMPOSSIBILIDADE - IMPETRADO FUNDAMENTOU A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DA MEDIDA, COM VISTAS A PREVENIR FUTURAS AGRESSÕES, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS QUE OS ÂNIMOS ENTRE PACIENTE E EX-CONVIVENTE ESTÃO ACIRRADOS. RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. IDÔNEA FUNDAMENTAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO. ORDEM DENEGADA

Consta dos autos que o recorrente foi proibido *de se posicionar e/ou se manter a uma distância inferior a 500 (QUINHENTOS) metros das vítimas, de suas residências e de seus familiares* (fl. 17), tendo em vista a concessão de medida protetiva de urgência.

Alega, em síntese, que a decisão que concedeu a medida protetiva foi desprovida de fundamentação e existem incoerências e mentiras nas declarações das vítimas e testemunhas.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente, que seja determinada a suspensão da medida protetiva a ele imposta e, no mérito, o trancamento da ação penal.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão impugnada, concedeu a providência acautelatória aos seguintes fundamentos (fls. 16/17):

Trata-se de procedimento registrado pela Autoridade Policial por provocação de KARINA MIRANDA COIMBRA e LÉA GABRIELA MIRANDA, com requerimento de concessão de MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA consistente no afastamento de LUCAS MOREIRA CALDAS LOPES PONTES.

Aduzem, **Karina e Lea, ex-mulher e ex-sogra do representado, respectivamente, que este não aceita o rompimento do casamento, invadiu galpão da representante Léa, e ameaça matar a ambas, afirmando que pode contratar executor por R\$100,00.**

Karina alega que tem um filho que sofre de alienação parental praticado pelo representado.

O pedido veio instruído com declarações das vítimas, apenas.

Não há representação por prisão preventiva, mas de concessão de medida protetiva de afastamento do lar e manutenção de distância da vítima.

Consultado o site do Tribunal de Justiça da Bahia, observa-se que o representado não ostenta antecedentes.

É o breve relato.

Com efeito, **diante do calor das emoções mencionadas é prudente que seja determinado o afastamento do representado como forma de prevenir futuras agressões**, uma vez que há indícios que os ânimos estão acirrados, do contrário a Autoridade Policial não teria sido provocada.

Por outro lado, só consta dos autos a versão da suposta vítima, assim é prudente que a medida tenha duração bastante para que o Juízo competente, ao realizar audiência de conciliação, verifique a real necessidade da manutenção do afastamento que neste momento reputo

Superior Tribunal de Justiça

conveniente.

Não há nos autos elementos para deliberação acerca de alimentos.

Assim, considerando a natureza das medidas requeridas, decido, com base nas breves informações existentes no expediente, aqui analisadas de maneira preliminar, apenas para efeito de concessão de medida de urgência, conceder a providência acautelatória solicitada, a fim de proibir o Representado LUCAS MOREIRA CALDAS LOPES PONTES de se posicionar e/ou se manter a uma distância inferior a 500 (QUINHENTOS) metros das vítimas, de sua residências e de seus familiares, devendo guardar o espaço mínimo de segurança de 500 metros aqui estipulado, sob pena de ser decretada sua prisão preventiva, se necessário for e havendo amparo legal, até ulterior deliberação.

A presente decisão terá validade de 04 (quatro) meses.

Em razão da urgência, determino que a presente decisão sirva de INTIMAÇÃO e TERMO DE COMPROMISSO, a serem cumpridos incontinenti, sob as penas da lei. Cumpra-se, na forma legal, e encaminhe-se, oportunamente, à distribuição.

Como se vê, o Juízo de 1º Grau fundamentou a necessidade das medidas protetivas no risco à integridade física da vítima, face aos relatos de que o paciente teria ameaçado de morte a ex-mulher e a sogra, além do filho sofrer alienação parental, ressalta, ainda, que *diante do calor das emoções mencionadas é prudente que seja determinado o afastamento do representado como forma de prevenir futuras agressões*, de modo que não se verifica, ao primeiro exame, ilegalidade na decisão recorrida.

De outro lado, sabe-se que em crimes desta natureza, a palavra da vítima serve como indício de autoria, uma vez que, de modo geral, tais delitos são praticados no âmbito da convivência íntima (RHC n. 34.035/AL - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 25/11/2013).

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do recurso em *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

